



**SEMINÁRIO REGIÃO
NORTE E MARANHÃO**

SEMINÁRIO REGIÃO NORTE E MARANHÃO

PROMOÇÃO SEMINÁRIO

Secretaria Nacional Habitação MCidades

Fórum dos Secretários de Habitação e Des. Urbano

Assoc. Brasileira de COHABS

ORGANIZAÇÃO DO SEMINÁRIO

Geral - Silvana Tamiazi

Assessora técnica Secretaria Nacional Habitação/MCidades

Local - Estado do Pará

Secretaria de Governo / Companhia de Habitação do Estado do Pará

ABERTURA

Cid Blanco Junior

Chefe de Gabinete Secretaria Nacional de Habitação

Suely Oliveira

Secretária de Des. Urbano Regional - PA

Geraldo Bitar

Presidente COHAB - PA

Aleandro Lacerda Gonçalves

Fórum dos Secretários de Habitação e Des. Urbano

Alcir Matos

União Nacional de Luta pela Moradia

APRESENTAÇÃO MCIDADES

Cid Blanco Junior

Chefe de Gabinete Secretaria Nacional de Habitação

APRESENTAÇÃO CONSULTORIA

Nabil Bonduki

Coordenador Consórcio PlanHab

APRESENTAÇÕES DOS ESTADOS

Ana Cláudia Duarte Cardoso

Sec. de Governo e Sec. de Estado das Cidades do Pará

Ricardo Mattos

CODESAIMA de RR

Walter França Júnior

Secretaria de Estado Maranhão

GRUPOS DE TRABALHO

Necessidades Habitacionais

Coordenador: Kazuo Nakano
Relatoria: Andréa Villela

Produção Habitacional

Coordenador: Rossella Rossetto
Relatoria: Renata Gonçalves

Recursos e Financiamento

Coordenador: Nabil Bonduki
Relatoria: Flávio H. Ghilardi

Arranjos Institucionais

Coordenador: Maria Alice Accorsi
Relatoria: Marina A. C. Oliveira

PARTICIPANTES

Adelcídio Ferreira Silva
Alan Rodrigues de Amorim
Alcir Figueira Matos
Aldebaran do Socorro F. de Moura
Aldemir Rodrigues Pantoja
Aleandro Lacerda Gonçalves
Alice da Silva Rodrigues
Aline Maia Rezende
Amílcar Pontes Negrão
Ana Cristina Ferreira
Ana Lucia de Mendonça Dias
Ana Suely Maia de Oliveira
Anacleto Alves Delima
Andréa Cristina Araújo Vilaça
Angelica de Matos Carvalho
Anna Carolina Gomes Holanda
Antônio Artuhr Farias de Souza
Antonio Fróes
Antonio Terra da Trindade
Arthur Jorge Queiroz Motta
Bernardete Cruz Costa
Bianca Moro de Carvalho
Bichara Lopes Gaby
Bruna Gomes Ribeiro
Carlos Alberto G. S. De C. Rocha
Carlos Frederico Lago Burnett
Célia Maria da Paixão Monteiro
Charles Antônio F. de Aviz
Cheila Cristina Bortoleto
Cicerino Cabral
Ciro Pedro Nolasco
Clóvis Batista Durães
Conceição Maria Abreu
Creuzamar de Pinho
Creuzamar de Pinho
Crispim Lemos Wanderley
Dalvani Rodrigues P. de Arruda
Damiao Lobato Cordeiro
Danielle Costa Guimaraes
Davina Bernadete Dias Oliveira
Dorival Coelho Maranhão
Edileia Cordeiro
Edilson Rodrigues de Souza
Edinelson dos Santos Sales
Edivan Freitas Silva
Eduardo Oliveira Marques
Eliana Campos Wanderley
Eliane Nazare Sodre Correa
Elizabeth Moreira Hage
Elizeth Cristinaveira Costa
Elizeu Cardoso Viana
Ellen Né da Silva
Elson Alexandre Pinto

Eunice Costa Nunes
Eva Pereira de Jesus
Fábio Frantz Borges
Fábio Monteiro de Oliveira
Faradilson Reis de Mesquita
Fatima Maria Andrade Pellaes
Fátima Zeneida Silva Santos
Fernanda Kopanakis
Francisco Ângelo Junior
Francisco de Assis
Geraldo Chicre Bitar Pinheiro
Gilberto Guimarães de Lima
Gilcimar Barros Pureza
Hamilton Bandeira
Helaine Coutinho Cardoso
Hélio Fabricio de Faria Lima
Humberto Daniel da Silva
Ildo Terra da Trindade
Irandir Nascimento Silva
Isabela Monteiro Bastos Bandeira
Izaura Santos da Costa
Jacinete Tavares Teixeira
Jackson Gonsalves Guimarães
Jacqueline Aires do Nascimento
Janete Araújo Amorim
Jecé Rodrigues da Silva Junior
Jeová Barbosa de Oliveira
Joana Maria dos Santos Ferreira
Joana Valente Santana
João Baptista S. A. Carvalho Filho
João Clebio Lima Machado
João da Silva Prestes
João Luis Martins da Silva
João Nunes de Souza
João Sergio Nunes Cardoso
Joaquim de Freitas Ruiz
Jorge Nazareno Cruz
José Alexandre da Silva Veloso
José Carlos dos S. Damasceno
Jose Jesus Ribeiro
José Marques Filho
José Mauro de Lima de Almeida
José Raimundo Diniz
José Ribamar Santos Almeida
Josivaldo Correa e Silva
Kelen Katia Da Silva Gomes
Lila Pinto da Costa de Moraes
Luciane Amanajas de Figueiredo
Luciane Silva Carvalho
Lucio Nazareno Lobato da Cunha
Luis André H. Guedes de Oliveira
Luis Carlos Reis
Luiz Carlos Ferreira Pompeo
Luiz Cicero das Neves
Luiza Carla Girard Machado
Luiza de Nazaré Almeida Lopes
Manoel Domingos Alves Neto
Marcela do Socorro Pina Barbosa
Marcelo Gil Castelo Branco
Marcia Monteiro da Silva
Marcília Negrão

Marco Aurélio Abdalla
Marcos Jose Fonseca Tourinho
Maria Antonia Soares Salgado
Maria Benedita de Castro Santos
Maria da Paixão Monteiro
Maria das Graças Pires
Maria de Jesus Gamboa
Maria de Nazaré de A. Bentes
Maria de Nazaré Lima de Freitas
Maria do Perpétuo S. Almeida
Maria do Socorro C. M. dos Santos
Maria Dolores Santos da Costa
Maria Dulce Bentes Sobrinho
Maria Elvira Rocha de Sá
Maria Eunice Carneiro Oliveira
Maria José Pio da Costa
Maria Luiza Mendes
Maria Monteiro da Silva
Maria Rosa do S. L. dos Santos
Mariano de Farias
Marlon Fritz Martins Leite
Maurício Leal Dias
Moises Ramos Pinheiros
Mônica Cristina O. de Carvalho
Mônica do Socorro Moura
Monique Bentes Leão
Nair Cristina de Araujo S. Martel
Nildson Ribeiro de Araújo
Osenia Maria Sales Sfair
Paloma Fadul Ferreira
Patrícia Rodrigues Pontes
Raimunda N. Moraes de Oliveira
Raimundo César Sousa Martins
Raimundo Jorge Raiol Leal
Raimundo Nonato da Silva Souza
Regina Lúcia Gomes Oliveira
Reinaldo Gama de Carvalho
Ricardo Herculano B. de Mattos
Ricardo Martins do Carmo
Roberto Alexandre Mendes Ayres
Robson da Silva Bastos
Rogério Maués Furtado
Rojane Gomes Martel
Rosália Oliveira da Costa
Rosana do Socorro P. de Freitas
Ruben Franco de Almeida
Salvador Perrone Macedo
Sandra Helena Ribeiro Cruz
Sandra Maria C. F. Batista
Semáyra Gomes Moret
Sibely de Oliveira Pantoja
Silvana Maria P. Pires Coelho
Sinara Rabelo de Souza Moura
Sivaldo Correa da Costa
Sonia Maria Gama de Almeida
Suely Gonsalves
Tanhama de Souza Barbosa
Vinícius Barros Coelho
Walber Mota Cardoso
Wanderson Santos Monteiro
Washington Para de Lima



SEMINÁRIO REGIÃO NORTE E MARANHÃO

Este capítulo traz informações sobre o seminário da Região Norte, realizado, como já mencionado, na cidade de Belém, nos dias 17 e 18 de dezembro de 2007.

Inicialmente, apresenta-se uma breve contextualização da questão habitacional nos estados representados no seminário – Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins, além do Maranhão (apesar de não pertencer oficialmente a esta região, integrou-se também ao evento) – a partir de dados coletados em diversas fontes e estudos sobre o déficit habitacional e as projeções de demanda por moradia; uma breve caracterização do território urbano; informações sobre os investimentos federais na região; informações declaradas pelos estados

sobre despesas com habitação, saneamento e urbanismo; e análises sobre as capacidades administrativas do setor habitacional dos municípios. Essa contextualização foi apresentada no primeiro dia do seminário, antes das apresentações das referências trazidas por cada um dos estados e dos trabalhos nos grupos divididos por temas. Buscou-se com a apresentação trazer subsídios técnicos ao debate, analisando-se comparativamente os estados da região e apontando-se diferenças e similaridades.

Na segunda parte do texto, apresenta-se a síntese das contribuições coletadas durante o seminário, a partir da discussão de alguns temas-chave do Plano Nacional de Habitação (PlanHab).

CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL NA REGIÃO NORTE E MARANHÃO

Os dados a seguir revelam um quadro quantitativo das necessidades habitacionais na Região Norte, a partir dos resultados mais recentes calculados pela FJP/MCidades (2006), com base na Pnad 2005 (IBGE). O déficit habitacional corresponde à quantidade de moradias novas que precisam ser produzidas para atender as demandas acumuladas; e o cálculo desse déficit engloba os domicílios instalados em edificações consideradas precárias do ponto de vista físico e cujos ocupantes não possuem condições estáveis de segurança e permanência no local. A inadequação habitacional corresponde à quantidade de moradias que necessitam de melhorias que garantam uma boa qualidade de vida e condições básicas de habitabilidade a seus ocupantes – que constituem contingentes da população com potencial para integrar programas complementares e específicos que não visam a construção de novas unidades.

De acordo com esse cálculo, a Região Norte concentra, em números absolutos, cerca de 850 mil domicílios compondo o déficit habitacional total. Em termos relativos, apresenta os maiores percentuais de déficit – 22,9% do total de domicílios da região –, muito acima da média nacional, conforme pode ser observado na Tabela 22.

Nos estados da região, a quantificação do déficit total – urbano e rural – se distribui conforme a tabela a seguir, com destaque para os estados do Maranhão (pertence oficialmente à Região Nordeste e conta com déficit total de 539.571 domicílios) e Pará (com 427.327 domicílios), em termos absolutos; e para o Estado do Amazonas, em termos relativos (25,8% do total de domicílios). Como já mencionado, o déficit rural é muito expressivo no Estado do Maranhão, tanto em termos absolutos, como relativos (60,6% do total dos domicílios rurais, muito acima da média do conjunto do país).

Tabela 22 - Déficit Habitacionais Totais, Urbanos e Rurais – Brasil, Norte e MA

	Total (em milhões)	% total de domicílios	Urbanos (em milhões)	% urbano	Rural (em milhões)	% rural
Brasil	7,90	14,9	6,41	14,3	1,49	18,2
Norte	0,85	22,9	0,61	22	0,24	25,9
RO	0,06	13,9	0,05	15,7	0,01	9,9
AC	0,03	18,5	0,02	18	0,01	19,7
AM	0,21	25,8	0,16	25,7	0,05	26,2
RR	0,02	23,5	0,02	24,5	0,00	19
PA	0,43	25,1	0,30	23,4	0,13	30,1
AP	0,02	11,5	0,01	11,5	0,00	11,1
TO	0,08	23,1	0,05	18,8	0,03	34,5
MA	0,54	37,4	0,26	26,5	0,28	60,6

Fonte: Dados básicos: IBGE – Pnad, 2005

Elaboração: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil 2005 – MCidades – SNH

	% sobre déficit urbano			% sobre déficit rural	
	Habitação precária	Coabitação familiar	Aluguel excessivo	Habitação precária	Coabitação familiar
Brasil	11,0	60,0	29,0	57,1	42,9
Norte	17,8	70,6	11,6	67,0	33,0
RO	40,2	37,9	21,9	74,3	25,7
AC	9,5	82,5	8,0	62,2	37,8
AM	28,2	62,2	9,2	77,8	22,2
RR	12,7	67,2	20,1	37,7	62,3
PA	9,4	80,6	10,0	59,1	40,9
AP	11,9	71,4	16,7	61,0	39,0
TO	20,3	63,0	16,7	82,5	17,5
MA	29,8	57,0	13,2	75,2	24,8

Fonte: Dados básicos: IBGE – Pnad, 2005.

Elaboração: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil 2005 – MCidades – SNH

Nos estados da região, os componentes do déficit se apresentam de maneira variada (Tabela 23). Com relação aos componentes do déficit urbano, a coabitação familiar é o componente que mais se destaca, sobretudo na Região Norte – os estados do Acre e Pará apresentam os maiores percentuais (82,5% e 80,6%, respectivamente). Diferentemente de outras regiões, onde o problema do aluguel excessivo se destaca, no conjunto da Região Norte o segundo componente mais importante são os domicílios caracterizados como habitação precária. Estes representam 17,8% do déficit urbano dos estados da região, contra 11,6% referente aos domicílios cujos moradores pagam aluguéis excessivos.

A precariedade da habitação é muito significativa no Estado de Rondônia, sendo o principal componente do déficit urbano (40,2%, percentual superior inclusive à coabitação familiar). Diferentemente da média da região, os estados de Roraima, Pará e Amapá são os únicos que apresentam percentuais de domicílios cujos moradores pagam aluguéis excessivos superiores aos percentuais de habitação precária.

Na Região Norte 17,3% dos domicílios rurais são precários – 67% do déficit rural é composto por habitações precárias. A precariedade da habitação se manifesta com maior intensidade no déficit rural dos estados de Tocantins (82,5%), Amazonas (77,8%), Maranhão (75,2%) e Rondônia (74,3%). Já a coabitação familiar é mais expressiva nos estados de Roraima, Pará e Amapá (62,3%, 40,9% e 39,0% do déficit rural). Roraima é o único estado da região onde o percentual de coabitação familiar no déficit rural predomina sobre o percentual de habitações precárias.

Com relação à concentração do déficit por faixas de renda da população, observa-se na Tabela 24 que, assim como no restante do país, a maior parte da demanda por reposição e incremento habitacional se encontra nas faixas de mais baixa renda. Quase 90% do déficit se encontra entre as famílias com rendimento mensal de até 3 salários mínimos, e cerca de 7% entre aquelas na faixa entre 3 a 5 salários mínimos. Os estados com percentuais de déficit na faixa mais pobre e acima da média da região são: Maranhão, Roraima, Pará, Rondônia e Tocantins.

As projeções futuras da demanda demográfica e as necessidades habitacionais, cujo horizonte temporal abrange o ano de 2020, são de grande importância para o estabelecimento das metas, prioridades e estratégias desenvolvidas no âmbito do Plano Nacional. Os cálculos elaborados pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar/ UFMG (2007), especialmente para o PlanHab, se baseiam nas projeções populacionais construídas segundo o método que maneja dados relativos à fecundidade, mortalidade, e migração.

No período entre 2000 e 2020, o país terá um acréscimo de 40,5 milhões de pessoas. O incremento no Norte será de 5,6 milhões de pessoas. Em termos relativos destaca-se que a Região Norte, assim como a Região Centro-Oeste, terão os maiores incrementos percentuais em relação à população de 2000 – o crescimento populacional no Norte corresponderá a 44,16% e no Centro-Oeste será de 34,78%.

Tabela 24 - Distribuição do déficit habitacional por faixa de renda familiar mensal, 2005 (%) – Brasil, Norte e MA

	Até 3 s.m.	De 3 a 5 s.m.
Brasil	90,3	6
Norte	89,3	7,4
RO	90,5	7,3
AC	89,1	5,5
AM	84,9	11,6
RR	92,7	4,8
PA	91,2	5,5
AP	86,8	7,7
TO	90	7,5
MA	96,9	2

Fonte: Dados básicos: IBGE – Pnad, 2005.

Elaboração: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil 2005 – MCidades – SNH

Tabela 25 – Déficit habitacional e projeção das necessidades de novos domicílios, 2005- 2020 – Brasil, Norte e MA					
	Déficit 2005	Projeção 2005-2020 (em milhões)			
		2005-2010	2010-2015	2015-2020	2005-2020
Norte	0,85	0,79	0,72	0,76	2,26
RO	0,06	0,08	0,06	0,06	0,20
AC	0,03	0,03	0,03	0,03	0,10
AM	0,21	0,16	0,15	0,16	0,47
RR	0,02	0,03	0,03	0,03	0,09
PA	0,43	0,41	0,37	0,41	1,19
AP	0,02	0,04	0,04	0,04	0,11
TO	0,08	0,04	0,04	0,01	0,09
MA	0,54	0,26	0,19	0,23	0,68

Análises realizadas a partir de dados do IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000; MS/SVS/DASIS, SIM 1999 a 2001; U.S. Bureau of the Census. Fonte: Cedeplar, UFMG, 2007.

A partir dessas projeções populacionais, o cálculo da demanda demográfica habitacional para os quinquênios entre 2005 e 2020 mostra que o fluxo de domicílios que devem ser acrescentados ao estoque habitacional existente na Região Norte corresponde a **2.264.408** novas moradias para suprir, somente, as necessidades geradas pelo crescimento populacional. Às demandas demográficas habitacionais futuras somam-se o déficit habitacional e as habitações inadequadas herdadas do passado, que se distribuem nos estados do Norte de acordo com o descrito na Tabela 25.

Nos estados desta região, os fluxos quinquenais de domicílios a acrescentar ao estoque habitacional por demanda demográfica, no período entre 2005 e 2020, variam significativamente, como é possível observar no total do período entre estados. Destacam-se, em termos absolutos, as projeções para os estados do Pará, Amazonas e Rondônia.

Apesar de no conjunto do país estar presente uma tendência de contínua desaceleração do crescimento populacional, observa-se que as reduções na velocidade de crescimento populacional ocorrerão em ritmo diferente em cada região. O Norte e o Centro-Oeste serão as únicas regiões a terem taxas acima de 1% ao longo de todo

o período projetado – sendo que a população nortista foi a única a crescer a mais de 2% ao ano.

Essas duas regiões são as frentes de expansão urbana e de povoamento do país com fortes impactos socioambientais, por causa de importantes ecossistemas e culturas tradicionais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas ali existentes. As projeções econômicas prevêem crescimento constante no PIB em ambas as regiões, provavelmente puxado por investimentos do governo federal, pelo setor agroindustrial, pela produção de commodities e pelo desenvolvimento do setor energético, entre outros. Um dos principais fatores que ajudam a explicar o ritmo mais acelerado de crescimento populacional do Norte e Centro-Oeste, em comparação com as demais regiões, é o padrão migratório – positivo e crescente.

A necessidade de novas moradias em cada estado resultará, então, da somatória do déficit acumulado e da projeção da necessidade de novos domicílios a serem incorporados ao parque habitacional.

Destaca-se ainda outro estudo, elaborado pelo Centro de Estudos da Metrópole - CEM/ Cebap (2007) para a Secretaria Nacional da Habitação do Ministério das Cidades, sobre a dimensão e as características da precariedade urbana e habitacional no país. A metodologia desenvolvida – que abrangeu municípios das regiões metropolitanas e demais municípios com mais de 150 mil habitantes, além de outros municípios escolhidos pelo Ministério das Cidades – traz uma estimativa de domicílios em assentamentos precários, a partir dos setores tipo “aglomerado subnormal” do IBGE, definidos oficialmente por precariedade habitacional e de infra-estrutura, alta densidade e ocupação de terrenos alheios.

As estimativas apresentam a quantificação dos espaços considerados como ocupados por moradia precária e se distribuem, por estado, conforme indica a Tabela 26 (próxima página). Compreendem apenas os municípios selecionados pra o estudo, a

Tabela 26 – Domicílios em setores subnormais e precários, 2000 – Brasil, Norte e MA

	% de domicílios abrangidos pelo estudo	Domicílios em setores subnormais + setores precários	% de domicílios em setores subnormais + setores precários
Brasil	54,3	3.158.326	13,0
Norte	40,0	326.727	29,1
RO	22,8	9.663	12,2
AC	44,6	2.448	4,2
AM	56,9	84.533	26,0
RR	64,4	1.559	3,3
PA	38,7	210.501	41,5
AP	74,1	15.638	21,4
TO	12,2	2.385	7,0
MA	24,2	65.249	21,8

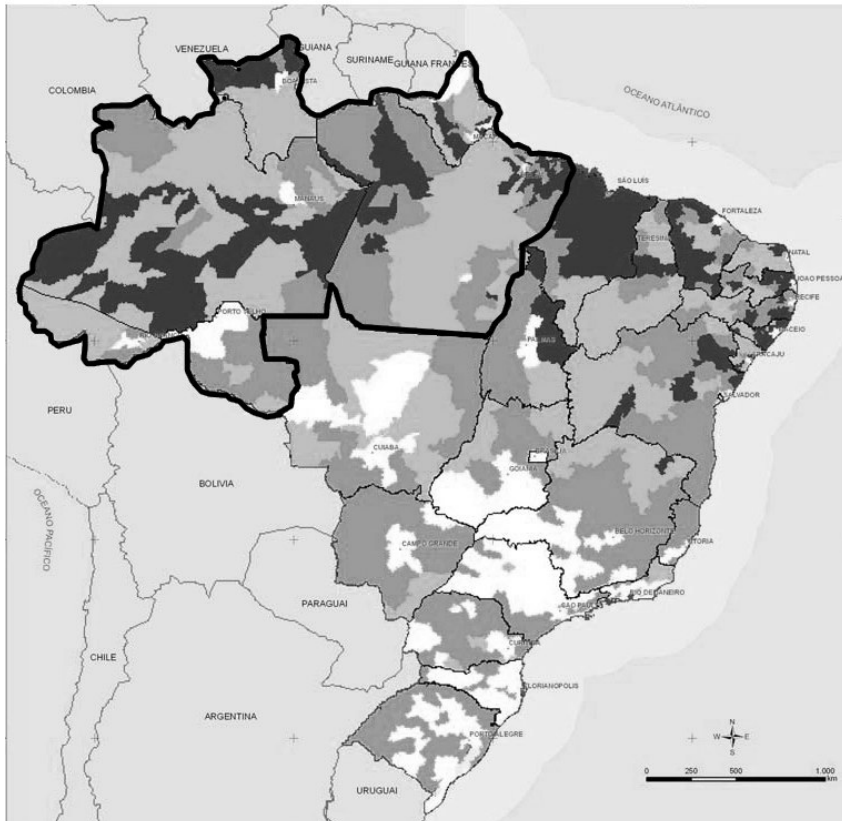
Fonte: CEM/ Cebrap, 2007, a partir de dados IBGE, 2000.

saber: as capitais de alguns dos estados, como o município de Manaus, no Estado do Amazonas; Rio Branco, no Estado do Acre; Palmas, no Estado do Tocantins; Porto Velho, no Estado de Rondônia; Boa Vista, no Estado de Roraima; Macapá e Santana, no Estado do Amapá; oito municípios no Estado do

Pará, incluindo aqueles que integram a Região Metropolitana (RM) de Belém, além de Santarém, Castanhal e Marabá; e mais seis municípios do Estado do Maranhão, incluindo a RM de São Luís.

Embora em termos absolutos a Região Norte não se destaque tanto quanto outras regiões do país, em termos relativos a proporção de domicílios em assentamentos precários é sobremaneira elevada. Entretanto, a presença de domicílios em tais assentamentos varia muito entre os estados nortistas, tanto em termos absolutos como relativos.

Em termos absolutos, as maiores estimativas da região encontram-se nos estados do Pará (com destaque para a RM de Belém) e Amazonas. Em termos relativos, as maiores proporções de domicílios em assentamentos precários, em relação ao total de



**Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNDR**

MAPA DA TIPOLOGIA

Tipologias sub-regionais níveis de renda versus níveis de variação do PIB 1991/2001

Legenda

- Baixa Renda
- Estagnadas
- Dinâmicas
- Alta Renda

Fontes: Rendimento Domiciliar Médio/Hab (R\$ constante de 2000) (IBGE); PIB Municipal Médio Trienal 1990/1992 (IPEA-R\$ constante de 2002); PIB Municipal Médio Trienal 2000/2002 (IBGE-R\$ constante de 2002); Cesta Básica Média 2000 (DIEESE)

Mapa das tipologias sub-regionais. Níveis de renda versus níveis de variação do PIB – Brasil, Norte e Maranhão

domicílios, encontram-se nos estados do Pará (41,5%), Amazonas (26%), e Amapá (21,4%) –estes percentuais são muito elevados quando comparados à média nacional. Os estados de Roraima, Acre e Tocantins apresentam baixos percentuais de domicílios em assentamentos precários, assim como, em termos absolutos, as menores estimativas da região.

Um estudo realizado para o Ministério da Integração Nacional mostra uma caracterização do território nacional e uma das dimensões analisadas apresenta tipologias sub-regionais segundo níveis de renda e de variação do PIB no período 1991-2001, o que também repercute na questão urbana e habitacional. Como é possível visualizar no mapa a seguir, segundo a classificação elaborada, assim como na Região Nordeste, nos estados do Norte é significativa a presença de sub-regiões de baixa renda e destaca-se nessa tipologia sobretudo o Estado do Amazonas, o maior em extensão territorial. As únicas sub-regiões de alta renda estão concentradas próximas a algumas cidades e capitais como Manaus, Porto Velho, Macapá e Boa Vista, ou na fronteira com a Guiana Francesa, por exemplo. Verifica-se, ainda, uma expressiva presença de sub-regiões dinâmicas.

O enfrentamento do problema habitacional, na magnitude aqui descrita, só será possível por meio da integração das ações e investimentos dos setores público e privado, conforme especificidades a serem definidas no

Plano Nacional de Habitação e a partir da articulação prevista no Sistema Nacional de Habitação.

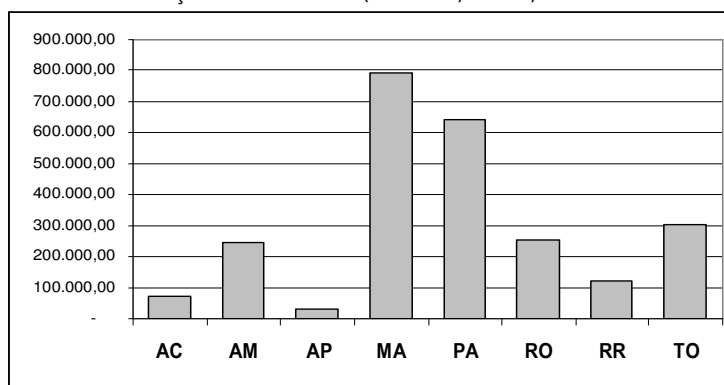
No plano federal, por meio do Ministério das Cidades, os investimentos em Habitação de Interesse Social na Região Norte representam uma soma de R\$ 2.466.774,37 no período entre 2003 e 2007, que se distribuiu pelos estados da região conforme indica o Gráfico 15.

A previsão de investimentos do Ministério das Cidades em produção de Habitação de Interesse Social, segundo o Plano Pluri-Anual (PPA) 2008-2011, destina um total de R\$ 3.007.880,00 para a produção de Habitação de Interesse Social na Região Norte, conforme pode ser observado no Gráfico 16, para todas as regiões do país.

Também se destacam os recursos provenientes do PAC para urbanização de assentamentos precários, totalizando um montante de R\$ 722.090,00 destinados para a Região Norte no período de 2008 a 2010. A distribuição desses recursos por ano pode ser observada no gráfico 16 (próxima página).

Em relação aos gastos dos governos estaduais com habitação, saneamento e infra-estrutura, ressalta-se que há uma grande dificuldade em quantificá-los. Atualmente, a fonte disponível mais sistematizada é a do Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro/Corem, que relaciona os gastos fiscais em cada uma dessas funções. No entanto, cabe destacar que essa fonte de dados apresenta certas limitações, uma vez que consiste em dados declarados pelos estados, que podem apresentar

Gráfico 15 – Investimentos da SNH/MCidades em Habitação de Interesse Social (2003-2007) – Brasil, Norte e MA



Fonte: MCidades e Relatório Caixa – Programas: FNHIS, PSH, HBB, Res. 460 Carta de Crédito, Pró-Moradia, Crédito Solidário e PAR.

Obs: informações atualizadas até julho de 2007.